

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS
GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 3ª Reunião Ordinária - 10/06/2016 – 13 h
SINDICATO RURAL DE INDAIATUBA – Indaiatuba - SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
CATI	Denis Herisson da Silva (T)
CATI	Henrique Bellinaso (T)
DAE S/A Jundiaí	Maria Carolina H. D. Simões (T)
IAC - APTA	Isabella Clerici de Maria (T)
IAC - APTA	Rinaldo de Oliveira Calheiros (T)
INEVAT	Cláudia Grabher (S)
IZ – APTA	João José A. de A. Demarchi (S)
PM de Limeira	Dirceu Brasil Vieira (T)
PUC–Campinas	Luiza Ishikawa Ferreira (T)
SR de Rio Claro	João Primo Baraldi (T)
Rotary Club de São Pedro	José F. Campos Ricardo (S)

Convidados	
Entidade	Representante
Elo Ambiental	José Roberto Piccolo
Irrigart / Agência	Marina Peres Barbosa
Agência PCJ	Andréa P. B. Tauci
Agência PCJ	Kátia R. G. Piccin
Agência PCJ	Leonardo L. Baumgratz
Agência PCJ	Maria Eugênia Martins
Agência PCJ	Patrícia G. A. Barufaldi
PM de Limeira	Ariane Fernanda dos Santos
PM de Limeira	Fellipe José Soares
Org. SUPREMA	Silvia Weel

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

Membros Ausentes COM justificativa	
Entidade	Representante
AESABESP	Antônio Aparecido Zampronio (S)
CETESB	Denise Dedini (T)
CETESB	Maurício Magossi (S)
COOPERATIVA HOLAMBRA	Fernando Ruiter (S)
FJPO – Mata Santa Genebra	Representado pelo Sr. Petrus Weel
	Cristiano Krepsky (S)
	Laís Santos de Assis (T)
SANASA	Natália F. Colasanti Perlette (S)

Membros Ausentes SEM justificativa	
Entidade	Representante
AFOCAPI / COPLACANA SR Piracicaba	Ricardo Dias Pacheco (T)
CIESP - SOB	Jerry Willians de Moraes (S)
PM de Atibaia	Marcos Roberto Albertini (S)
SR Bragança Paulista	Rodrigo Colicigno Ribeiro (S)
SR Itu	Alexandra M. Vetroni Martins (T)
SR Mogi Mirim	Enéas Rodrigues (S)

1. Pauta: A pauta e a convocação da reunião foram enviadas previamente aos presentes através de mensagem eletrônica, bem como ATA da reunião anterior para leitura prévia e correções. **2. Abertura da reunião:** O Sr. João Baraldi (Sindicato Rural de Rio Claro), coordenador do GT-Mananciais fez a abertura da reunião às 13h15' agradecendo o Sindicato Rural de Indaiatuba pela cessão do espaço, passando em seguida a palavra ao seu presidente Wilson Tomasetto para uma breve explanação das atividades do sindicato e da região. Alguns destaques: Uva e hortaliças são as principais atividades agrícolas do município, sendo que os supermercados compram normalmente através de seus depósitos centrais, não necessariamente privilegiando a produção local. Após negociações com os supermercados, conseguiu-se que atualmente 90% dos supermercados comprem localmente, fazendo com que 95% das hortaliças consumidas no município sejam de produção local. **3. Item 1 da pauta - Leitura e aprovação da ATA anterior (2ª Reunião realizada no dia 20/05/2016):** O Sr. João Demarchi, secretário do GT-Mananciais apresentou a ATA anterior e solicitou que os presentes se manifestassem sobre possíveis correções na mesma. Após algumas correções sugeridas foi aprovada pelos presentes. **4. Item 2 da pauta - Uso do whatsapp, presença de titulares e suplentes para quórum mínimo e participação de outras câmaras no GT-Mananciais** – O secretário João Demarchi fez alguns comentários para dirimir dúvidas sobre o uso do whatsapp pelo grupo, que deve apenas ser usado para mensagens rápidas e específicas de interesse deste grupo. Convocações e demais atividades administrativas sempre serão feitas pelas vias normais, ou seja, e-mail. Membros titulares e suplentes do GT-Mananciais não necessariamente são da mesma

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 3ª Reunião Ordinária - 10/06/2016 – 13 h

SINDICATO RURAL DE INDAIATUBA – Indaiatuba - SP

instituição, sendo observadas as distribuições originais apresentadas na formação do grupo pelas respectivas câmaras técnicas CT-Rural e CT-RN. Com relação as demais câmaras técnicas, definiu-se que sempre deverá ser feita uma observação explicativa para que os demais coordenadores entendam que caso haja interesse em ter um representante em uma das reuniões do GT-Mananciais deverá solicitar formalmente ao coordenador esse interesse indicando a pessoa que participará, sendo essa indicação restrita apenas para a reunião solicitada, e não como membro permanente como alguns coordenadores de câmaras técnicas haviam entendido. **5. Item 3 da pauta - Minuta do Edital de submissão de propostas conforme previsto na Política:** A Sra. Cláudia Grabher do INEVAT fez uma apresentação com relação a alguns pontos críticos para o desenvolvimento da minuta do edital tomando como base o estudo de caso do projeto de Charqueada/São Pedro. Lembrou que a política tem quatro programas, e que conforme enfatizado pelo coordenador adjunto Henrique Bellinaso devemos dar ênfase ao programa 2 (PSA - visão de bacia hidrográfica e com objetivo final de pagamento por serviços ambientais). A Sra. Kátia da Agência PCJ lembrou palavras do presidente da agência, Sérgio Razera, para que sempre tomemos como base os erros cometidos no projeto de Holambra visando não mais repeti-los. Entende-se que a minuta do edital deve servir como base para definição de todos os procedimentos a serem adotados pelos projetos para poderem pleitear financiamento através da Política, bem como estabelecer uma data ou período do ano para apresentação dos mesmos, permitindo que os avaliadores possam fazer uma análise conjunta e estabelecimento de projetos prioritários para atendimento com os recursos disponíveis. Dentro deste item também ficou entendido que a CATI e a Prefeitura devem obrigatoriamente participar da UGP, identificando-se os *stakeholders* (partes interessadas), tanto os que podem influenciar positivamente quanto negativamente o projeto. A agência PCJ pretende reservar recursos para que possa executar os serviços de elaboração de PIP's independente dos projetos individualmente, portanto, o edital deve prever essa ação, ou seja, é muito mais fácil contratar uma empresa para executar um determinado numero de PIP's que vão sendo solicitados por ordem de serviço conforme a demanda gerada pelos projetos encaminhados para a política. Os produtores devem assinar uma carta de intenções. Acredita-se que um PIP deva demorar dois dias para ser elaborado. A Sra. Kátia enfatizou que devemos ler e estudar bastante a Política para que as discussões fluam com mais facilidade. O Dr. Rinaldo questionou diversas vezes a real necessidade de elaboração

dos PIP's já que o objetivo principal seria o plantio de árvores. Neste item também foi discutido qual a escala dos mapas a serem gerados e o nível de detalhamento mínimo. O Sr. João Baraldi disse que iria se reunir com a Prefeitura de Rio Claro e que já há uma Associação formada para o projeto deste município. **6. Item 4 da pauta - Documentação do GT-Mananciais e dos Procedimentos Metodológicos referentes ao projeto Charqueada/São Pedro (Microbacias dos Córregos Boa Vista e Água Branca):** As discussões ainda continuam sobre o assunto mas entende-se que o projeto não deva ser enquadrado no Programa 1 mas no 2, mesmo que o resultado final não seja o pagamento por serviços ambientais. Os interessados deverão reapresentar o projeto, incluindo uma versão completa para melhor análise e adequação aos procedimentos mínimos exigidos. **7. Encerramento:** Foi passada a palavra aos presentes e não havendo manifestação, foi dada por encerrada a reunião pelo coordenador do GT-Mananciais, Sr. João Baraldi, às 12:40 h, que agradecendo a presença de todos, deu por encerrada a reunião.

João Primo Baraldi
Coordenador do GT-Mananciais
CT-RURAL

Henrique Bellinaso
Coordenador Adjunto do GT-Mananciais
CT-RN

João José Assunção de Abreu Demarchi
Secretário GT-Mananciais
CT-RN

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 3ª Reunião Ordinária - 10/06/2016 – 13 h
SINDICATO RURAL DE INDAIATUBA – Indaiatuba - SP

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA à 19ª Reunião Ordinária da UGP Bacias Jaguariúna realizada no dia 21/06/2016: A participação do GT-Mananciais como convidado na 19ª reunião ordinária teve a participação de diversos membros (19) do GT-Mananciais, da gerenciadora iX projetos e da Agência PCJ. As boas vindas foi dada pelos pesquisadores da EMBRAPA Meio Ambiente Ricardo Figueiredo e Maria Lúcia Zuccolo. A primeira parte da reunião foi realizada com uma apresentação do histórico e dos resultados acumulados do programa pela Eng. Ambiental Rafaela Rossi de Camargo Freitas, Diretora do Departamento de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Jaguariúna. A bacia do Rio Jaguari atendida pelo projeto teve como principais idealizadores, além da Prefeitura, a AMBEV, a TNC e a ONG Mata Ciliar. A Lei Municipal nº 2218/14 definiu o programa que teve na sua fase I de desenvolvimento a formação da UGP, o mapeamento do município, a definição de área piloto e o mapeamento das propriedades (38 propriedades englobando uma área aproximada de 3.250 hectares). A Sra. Rafaela comentou que a UGP tem um regulamento interno e fez um estudo de viabilidade do uso do PSA. Os valores encontrados foram R\$ 270,00/ha/ano para APP's e R\$ 100,00/ha/ano para florestas com reajuste anual pelo IGPM. Esse pagamento foi assumido pela Prefeitura. O município também aproveita recursos do ICMS Ecológico (Lei 2.249/14), de um edital aprovado pela ANA para conservação de solo e cercamento (R\$ 700 mil) e para execução da UCE (Unidade Coordenadora da Execução) através de recursos da cobrança via Agência PCJ (R\$ 142 mil). Também está usando recursos de TCRA's para a restauração florestal ou ecológica. Os pontos críticos segundo a palestrante são as parcerias, quem paga o PSA e o arcabouço legal do programa. Na fase II de implementação a adesão inicial foi de 5 propriedades rurais, totalizando 60% da área. Foi firmado um acordo de cooperação técnica entre a Prefeitura e a Propriedade Rural com 4 anos de vigência, incluindo projeto de restauração ecológica e manejo de solos. Foi estabelecido um plano de monitoramento hidrológico. Esse acordo aplicou um questionário socioeconômico e a realização dos PIP's, além do CAR. A UCE está diretamente ligada a UGP para monitorar e fiscalizar as executoras de campo (TCRA's) e a Prefeitura Municipal, além da supervisão do GAEMA (Dr. Rodrigo) sobre todas as ações. Foi criado um Portal Ambiental para centralização das informações e dados disponíveis no programa. O COMDEMA parece ser atuante, discutindo e monitorando o programa municipal. Numa segunda parte da apresentação a empresa contratada pela Agência PCJ, denominada Da Serra,

apresentou um pouco das suas atividades de fiscalização e acompanhamento das atividades, garantindo atendimento dos prazos e da qualidade das tarefas executadas. Essa empresa também atua em parceria com a Embrapa no Plano de Monitoramento Hidrológico (análises quali-quantitativas de água), que segundo o pesquisador Ricardo Figueiredo é fundamental para análise dos resultados obtidos. Segundo este mesmo pesquisador o ponto central é a discussão e a conscientização de todos sobre a importância da bacia hidrográfica como unidade de gerenciamento dos recursos hídricos de uma região. Também comentou sobre um equipamento automatizado de monitoramento contínuo denominado River M9, sonho de consumo dos pesquisadores. Esse monitoramento contínuo permite identificar aumentos de volume e a regularização do fluxo ao longo do ano. A UGP precisa ser forte para não sobrecarregar a Prefeitura Municipal, além do fato da sua atuação no programa ser fundamental. Foi comentado também sobre a importância das universidades e instituições de pesquisa no caso de Extrema - MG, gerando muita informação e dados para modelos hidrológicos. Na última parte da reunião foram apresentadas as ocorrências que tem atrasado o cronograma, como infestação de carrapatos, chuvas excessivas, etc. Comentada parceria com a Faculdade de Jaguariúna (FAJ) na área de saneamento rural, onde serão testadas diversas tecnologias. Sobre busca por recursos financeiros, foi criado em 2012 um Fundo Municipal de Meio Ambiente onde condenações ambientais (multas, autos de infração, etc.) são depositados para financiamento do programa. O GAEMA também está ajudando o município na discussão da Lei 11.147 sobre saneamento básico, incluindo a ARES PCJ e o conceito de usuário-pagador e produtor-recebedor. Enfatiza-se por fim sobre a importância do incentivo e da participação dos municípios nas câmaras técnicas CT-Rural e CT-RN!


João José Assumpção de Abreu Demarchi
Secretário GT-Mananciais
CT-RN

